

O Entendimento Cultural da Moral

The Cultural Understanding of Moral

Ana Maria Orofino Teles¹

RESUMO

O estudo da moral é complexo e demanda uma abordagem transdisciplinar para que sua característica como tema que está para além das disciplinas possa ser devidamente contemplada. Neste sentido é importante buscar o apoio da antropologia, da sociologia, da filosofia, da psicologia e também da biologia para que não se perca de vista esta complexidade. O tema da moral está diretamente ligado aos aspectos culturais do grupo social que a forja, a pensa e a pratica. Daí a necessidade de contextualizar seu estudo para que ele não fique tão abstrato e unicamente filosófico. Após percorrer os conceitos que lhe fundamentam nesta perspectiva transdisciplinar, que são os próprios conceitos de cultura e de moral, assim como os de valores e de ética, o presente texto contextualiza o sentido de moral em nossa cultura brasileira, pois acredita-se que interpretar nossa própria cultura enriquece o entendimento científico de conceito tão instigante.

Palavras-chaves: Cultura. Moral. Ética. Valores. Transdisciplinaridade.

ABSTRACT

The study of morality is complex and demands a transdisciplinary approach to concern its own characteristic as a theme that is beyond the disciplines. In this sense it is important to seek support in anthropology, sociology, philosophy, psychology and even biology to do not let this complexity slip away. The issue of morality is directly linked to the cultural aspects of the social group that forge, think and practice it. That's why there is a need to contextualize its study. In this way it would not be so abstract and purely philosophical. After covering the concepts that underlie this transdisciplinary perspective, which are the concepts of culture, morality, values and ethics, this text try to contextualizes the meaning of morality in our Brazilian culture, because believes that interpreting our own culture enriches the scientific understanding of so instigating concept.

key words: Culture. Moral. Ethics. Values. Transdisciplinarity.

¹ Psicóloga, mestranda em educação na Faculdade de Educação da UnB, pesquisadora da área de educação e ecologia humana, eixo de educação e subjetividade. anaorofino@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Quando nascemos já encontramos um mundo configurado. Muitas vezes nem pensamos nos processos de construção deste mundo pronto, pois ele nos chega como um elemento dado e naturalizado. Todavia cabe um processo de reflexão amplo e de contextualização deste mundo pronto numa perspectiva que considere o tempo e o espaço, construindo assim um entendimento diacrônico que permita não só uma compreensão de nosso passado, como também uma solução ao nosso destino. (MORIN, 2007)

Temos uma genética que é em 98% idêntica a de outros antropóides. Nosso grande diferencial, que consiste nestes 2% restantes dessa estrutura biológica, foi o que construiu a caminhada rumo à reorganização dessa herança filogenética. Por exemplo, o fato de sermos bípedes e de possuímos linguagem nos parece algo absolutamente natural, entretanto esta habilidade deriva-se de uma longa jornada, estruturada em um sistema complexo formado por neurônios, músculos, ossos e outros tecidos, resultado de múltiplas diferenciações ocorridas no tempo. Temos um corpo frágil, porém ele é capaz de se adaptar a qualquer situação. Podemos subir montanhas, enfrentar o frio, sair de pântanos e atravessar desertos justamente pelo fato de sermos um organismo que não se especializou numa única função. Essa nossa alta aptidão favoreceu nossa incursão pelos mais variados ecossistemas de nosso planeta. (DUCROCQ, 1958) Isso tudo construiu a grande diversidade que somos hoje.

Nesta perspectiva evolutiva, ainda que controvertida, encontramos a vida se complexificando até construir a capacidade de abstração. Andar ereto possibilitou mirar o horizonte e destas mensagens visuais emergiu o ato psíquico. É na capacidade de abstração que o humano teve acesso às leis que governam o mundo, ou pelo menos à busca por elas na sua tentativa de entender o mundo. (DUCROCQ, 1958)

Um corpo frágil necessita de outros recursos para sobreviver num mundo inóspito e cheio de ameaças. É assim que esse corpo busca a socialização. As necessidades primárias de sobrevivência como fome, frio, sono mostram a este ser que estar em grupo é mais vantajoso para a sobrevivência da espécie. Nessa caminhada complexificante o corpo biológico passa a ser também social, sendo que

certas funções sociais passam a atuar recursivamente, alterando este próprio corpo biológico. (MORIN, 2007)

Na verdade somos marginais do mundo animal, pois somos os únicos que possuímos aparelho neural hipercomplexo, os únicos que dispomos de linguagem e os únicos capazes de fazer reflexão. E é na pré-história, onde encontramos nossa pré-cultura, que estão os primórdios da aventura humana que possui aspectos anatômicos, genéticos, psicológicos e sociológicos. São eventos ainda obscuros, contraditórios, mas já debatidos por alguns autores (DUCROCQ, 1958; LEONTIEV, s/d; MORIN, 2002, 2007; TEILHARD De CHARDIN, 1955/1995), que marcam a confluência de dois códigos na estruturação da humanidade: o genético e o cultural. Nossa estrutura exclusivamente biológica passa a ser também uma estrutura cultural há pelo menos 6 milhões de anos. O conceito de homem tem duas vias: uma biofísica e outra psicossociocultural que se alimentam reciprocamente permanentemente.

O animal tricerebrado (MARINO Jr., 2005; MORIN, 2007;) tem em si o desafio de articular as demandas fisiológicas, muitas vezes urgentes, e as demandas sociais, todas elas culturais e contextuais. Essa é a aventura que o conduz pela linha do tempo e que o leva a elaborar as formas de entender a si mesmo e ao mundo que o cerca. Assim nascem a filosofia, a arte, a religião e a ciência. Assim ele gera tecnologia para seu conforto e para adaptar-se ainda mais a este planeta diversificado e desafiante. Assim ele cria os mecanismos necessários para atender suas demandas reptilianas, límbicas e corticais. Um ser altamente complexo, dotado de instinto de sobrevivência, afetividade e inteligência.

Leontiev (s/d) discorre sobre os estádios de evolução do humano de uma maneira bastante sintética. Fala de um primeiro momento situado temporalmente entre os períodos terciário e quaternário, onde o biológico ainda é o mais determinante, a linguagem ainda é bastante incipiente e os instrumentos são toscos e sem forja. Um segundo momento marcaria um outro estádio, caracterizado por várias etapas, mas que em resumo representaria um tempo ainda de domínio de leis biológicas, todavia com transformações anatômicas derivadas de ações de produção e de comunicação. O homínido desta época, já social, vive um tempo coordenado, então, por duas leis: a biológica e a sociológica. A este período seguiria um terceiro, que marcaria o aparecimento do *Homo sapiens*, que se libertaria das leis biológicas

e construiria um mundo absolutamente social e cultural, cujas leis iriam agora dirigir seu desenvolvimento.

A contribuição deste autor é interessante na medida em que destaca a importância do social, particularmente o trabalho, como atividade que vai mover a cultura, mas carece de equilíbrio entre a tríadica humana de biologia, afeto e racionalidade. Maturana (2000), por exemplo, mostra que a biologia não deve ser desprezada, pois ela nos possibilitou, entre outras coisas, a capacidade de associação e de validação do mundo. Ou seja, o ser cultural é em igual medida biológico e social.

E é o pensamento complexo que vai possibilitar a integração destas diversas facetas do uno-múltiplo humano, que são a sua individualidade como sujeito, a sua imersão nos grupos sociais e a sua cultura. (MORIN, 2007) E para abarcar esta complexidade faz-se necessária a integração dos saberes de várias disciplinas, entre elas a sociologia, a antropologia, a filosofia, a psicologia, a biologia e até a paleontologia. É nesta perspectiva transdisciplinar que este texto irá debater o tema da moral sob uma perspectiva histórica e cultural. O primeiro passo será, então, a construção de alguns conceitos-chaves para sua posterior articulação numa contextualização.

2 CONCEITO DE CULTURA

Espécies antropóides que foram encontradas por paleontólogos mostram os primórdios daquilo que entendemos hoje por cultura. O *Homo habilis*, ou homem habilidoso, é uma espécie bípede, com arcada dentária muito parecida aos humanos atuais, que viveu há pelo menos 3 milhões de anos atrás e que foi indicado como o que primeiro fabricou ferramentas rudimentares. Outra espécie um pouco mais recente, que viveu entre 1 milhão e 500 mil anos atrás, denominada *Homo erectus*, seria aquela que primeiro compartilhou alimentos, migrou da África para a Europa e demonstrava possuir hierarquia ou estrutura social. Seria uma espécie já equipada mental e tecnologicamente para enfrentar desafios e aventuras, o que pressupõe uma subjetividade já mais diferenciada e complexa. O Homem de Neandertal é aquele que já possui indícios de presença de rituais funerários e seus achados fósseis datam de uns 100.000 ou 30.000 anos atrás. Junto com o Homem de Cro-

magnon, cujos fósseis datam de até 500.000 anos, forma o grupo daqueles que já são considerados *Homo sapiens*. Fazem parte de um período onde já existe domínio do fogo, tecelagem, pinturas rupestres, organização social complexa e processos simbolização arcaicos anteriores à escrita. São os homens das cavernas ou homens pré-históricos. O rótulo de embrutecidos não lhes cabe, pois possuem aspectos de alto refinamento e sensibilidade. (LEAKEY; LEWIN, 1980)

São pré-históricos, entretanto não é possível afirmar que sejam pré-culturais. A cultura é o que vai se agregar ao processo de evolução da vida quando emerge no cenário planetário o *Homo sapiens*, ou seja, aquele que percebe que sabe e que passa a ser sábio. Por ser mais flexível, de mais fácil transmissão e também por se revelar mais funcional que a adaptação genética, a cultura se incorpora à evolução biológica, permitindo ao humano adaptar-se ao meio e também adaptar este meio às suas necessidades e projetos. A cultura torna possível a transformação da natureza e isso passa a ser importante no caminhar da humanidade. (CUCHE, 2002)

A carga genética humana é a mesma para todas as raças e nações. O que as diferencia é justamente seu modo cultural e sua originalidade na forma de resolver os problemas que lhes são colocados. As sociedades não fornecem o mesmo tipo de solução às suas necessidades. Todos se alimentam, dormem, reproduzem-se, comunicam-se. Mas cada grupo faz isso de uma maneira particular. A cultura seria assim a unidade que nos diversifica enquanto espécie.

Para entender o conceito de cultura é interessante situá-lo historicamente. A construção de um conceito mais científico de cultura tem uma história e está basicamente ligada ao que se chama de cultura ocidental. É curioso que não exista uma palavra semelhante em outras sociedades e idiomas. Isso não quer dizer que estas sociedades não possuem cultura e sim que elas não estão muito preocupadas em defini-la ou em saber se ela existe ou não. (CUCHE, 2002)

A história do estudo da cultura tem duas origens. Uma alemã e outra francesa. No século XVIII os alemães usavam a palavra *Kultur* e os franceses usavam a palavra *Civilization*. Esta divisão possui nuances políticas e de interesses particulares de cada uma destas nações. A situação do período entre a burguesia e a aristocracia é o que marca o nascimento do termo, assim como o aparecimento de

uma visão dessacralizada da história, libertando a filosofia da teologia. (CUCHE, 2002)

É com o termo etnologia, criado por Chavannes em 1787, que surge a possibilidade de uma ciência do homem que estuda os progressos dos povos em direção à civilização. No caso da discussão política existem dois fatores. Primeiro a busca de uma classe média em ver-se numa legitimidade social. É neste intuito que a sociedade alemã, rica em diversidades culturais e esfacelada em múltiplos principados, busca uma unidade para medir forças frente a outras nações mais fortes. Assim, sua idéia de *Kultur* vem para fazer frente à idéia universalista da *Civilization* francesa. Então, a idéia de cultura na Alemanha fica vinculada a este princípio nacionalista, onde a cultura viria da alma de uma nação e apareceria no conjunto de suas conquistas artísticas, intelectuais e morais, constituindo seu patrimônio e fundando sua unidade. (Idem)

A idéia de cultura associada ao sentido de civilização foi usada na intenção de indicar o movimento humano em direção ao refinamento em oposição à barbárie e a selvageria, momento típico da França e da Inglaterra do séc. XVIII. A pessoa culta seria aquela refinada. Já na Alemanha *Zivilisation* tinha um sentido negativo e *Kultur*, portanto, passou a ser mais valorizada por indicar uma busca nos valores da ciência, da filosofia, da arte e não no refinamento da sociedade cortesã francesa. (THOMSON, 1995)

Este debate franco-alemão, que se encontra entre os séculos XVIII e XX, é para Cucho (2002, p. 31) “arquetípico das duas concepções de cultura, uma particularista, a outra universalista, que estão na base das duas maneiras de definir o conceito de cultura nas ciências sociais contemporâneas.”

Quem vem sintetizar essa dicotomia é Tylor, um antropólogo britânico, que em 1871 escreve que ambos termos, cultura e civilização, devem ser tomados num sentido amplo etnográfico ou etnológico, significando um todo complexo formado pelos conhecimentos, crenças, artes, regras morais, costumes, capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem que é integrante de uma sociedade. (apud CUCHE, 2002; apud LARAIA, 1989) Com esta definição Tylor destaca que a cultura é resultante de aprendizagem e não inata via herança biológica.

Enquanto Tylor é considerado o inventor do conceito científico de cultura, Franz Boas é considerado o inventor da etnografia, pois foi o primeiro antropólogo a

fazer observações prolongadas e diretas em culturas primitivas. Entre 1883 e 1884 ele constatou que a organização de uma sociedade era determinada mais pela cultura do que pelo ambiente físico. Constatou também que as grandes diferenças humanas são de ordem cultural e não racial. Boas contribui com a idéia de que as raças são mutáveis por conta de sua plasticidade, instabilidade e mestiçagem e também fala de culturas ao invés de a Cultura, tal qual falou Tylor. Era, inclusive, um grande crítico dos métodos comparativos em antropologia e defendia o relativismo cultural como um princípio metodológico. (apud CUCHE, 2002)

Quem vai mesmo aprofundar o conceito de cultura é a antropologia americana. É nos EUA que o termo é adotado em seu sentido antropológico pelas disciplinas de psicologia e sociologia. Isso está relacionado ao fato dos Estados Unidos serem uma nação pluriétnica, fazendo com que sua identidade fosse traduzida por uma identidade com hífen, ou seja, os ítalo-americanos, os judeu-americanos, onde a cultura de origem era preservada apesar de sua adaptação ao novo ambiente. Fica o detalhe a ser observado em relação aos índios, que já estavam lá, e aos negros, que foram para lá forçados. Até hoje haveria lá certo tipo de marginalização a estes povos. (CUCHE, 2002)

Geertz (1978) procura ir além de uma redução feita ao conceito de cultura na tentativa de especializá-lo, criar foco e limitar as opções. Diante da difusão de conceitos proposta por Kluckhohn, ele defende um conceito semiótico de cultura, onde ela seria a teia de significados que o humano teceu e sua análise. Cultura para Geertz é então interpretação e busca de significados. Num tempo onde a definição descritiva de Tylor ainda dominava, Geertz procura dar um passo além assumindo como tarefa não só a descrição, assim como a sua interpretação. Ele afirma que a cultura é um contexto formado por sistemas de signos entrelaçados. Neste sentido somente um nativo pode fazer uma interpretação de sua cultura em primeira mão. O trabalho dos etnógrafos que observam outras culturas seria um tipo de ficção, ou seja, algo que foi construído e modelado. Não são falsos, mas seriam uma fabricação.

Enfim, a cultura seria tratada mais efetivamente sendo compreendida como um sistema simbólico, onde seus elementos deveriam ser isolados, avaliados em suas relações internas e então caracterizados dentro do sistema que os organiza em estruturas subordinadas ou em princípios ideológicos orientadores. Geertz (1978)

entende cultura como sistema que, portanto, possui uma coordenação e a abordagem semiótica da cultura auxiliaria a acessar o mundo conceitual no qual vivem os sujeitos, de forma a possibilitar o diálogo com eles. A função da cultura seria organizar o todo.

Para contrapor o conceito de padrões de cultura de Ruth Benedict, que ele entende ser estratigráfico, propõe a idéia de programas, pois a cultura é melhor entendida como mecanismos de controle que governam os comportamentos, ao invés de padrões concretos de comportamentos. Sua tentativa é de integrar num sistema unitário de análise os fatores biológicos, psicológicos, sociológicos e culturais. O homem é um animal absolutamente dependente destes mecanismos de controle que são extragenéticos, ou seja, estes programas culturais que ordenam seu viver individual e coletivo. (GEERTZ, 1978)

Thomson (1995), apesar de valorizar esta conceituação de Geertz, indica seus limites. Passo natural de um sociólogo, procura demonstrar como essa teoria falha na medida em que não mostra os contextos sociais nos quais os fenômenos culturais são produzidos, transmitidos e recebidos. Este autor defende uma decodificação contextualizada, que compreenda os simbolismos como contextos estruturados, cuja análise deve ser traduzida em “estudo da constituição significativa e da contextualização social das formas simbólicas” (Idem, p. 181) Ele indica como limite na abordagem de Geertz a sua estreita atenção aos problemas de conflito social e de poder. Para Thomson os fenômenos culturais estão absolutamente implicados nas relações de poder e de conflito e todos eles são construídos dentro de circunstâncias sócio-históricas particulares, por sujeitos específicos providos de recursos e de diferentes graus de poder e autoridade.

Em resumo cultura seria o espaço abstrato que possibilita a sobrevivência do indivíduo biológico como membro de um grupo social. Ela é resultado de um processo histórico que teve início nos primeiros momentos em que o antropóide desenvolveu tecnologia e passou a abstrair o mundo que o cercava. Não é possível falar numa cultura somente, senão que em culturas diversas. Ela emergiu na necessidade de adaptação aos mais variados ambientes ecológicos, sendo ecológico aqui entendido como um espaço complexo físico e social. Desde que a cultura se estabeleceu como fonte de sobrevivência da espécie, o ser humano passou a ser dependente da aprendizagem na mesma medida em que é

dependente de comida e água. Cultura e natureza humana passaram a ser elementos absolutamente interligados e mutuamente dependentes. E a cultura deve ser sempre entendida como aberta, mutável, permeável. Os encontros entre os diversos grupos possibilitam a difusão e a transformação de valores culturais. Deveria ser interpretada dentro de seu contexto social concreto para que nunca se perca de vista as motivações de poder e autoridade que a movimentam.

3 CONCEITO DE MORAL

Do estar em grupo e viver em sociedade nasce a necessidade de construção de regras básicas que orientem este viver coletivo. Até onde e como um indivíduo pode agir? Como deve ser a convivência social? Provavelmente no percurso histórico estas questões surgiram e regras básicas foram sendo construídas nas experiências sociais concretas e derivaram naquilo que hoje é denominado de conduta moral.

Em nossa cultura ocidental encontramos o berço das reflexões sobre moralidade no pensamento clássico da cultura grega. Os primeiros ditames morais vinham dos mitos, que eram peças encenadas e que indicavam as condutas e os valores a serem seguidos. Estas peças possuíam função de educar, liberar a tensão dos conflitos, através da identificação do público com os atos encenados, e também expressar a arte. Todavia, os mitos ainda colocavam como foco das ações os deuses e semi-deuses antropomorfizados. É então com o pensamento filosófico propriamente dito que a moral passa a ser vista fora de uma perspectiva teológica. (FREITAG, 2005)

O texto *Itinerários de Antígona*, de Barbara Freitag (2005), faz um percurso pela filosofia, pela sociologia e pela psicologia com o objetivo de conseguir uma visão ampla acerca da moralidade. Para a autora esta questão tem início com uma pergunta: “Como devo agir?” (Idem, p. 13) Nesta pergunta fica claro que existe um sujeito psicológico que questiona e um espaço social onde ele transita, pois se estivesse isolado talvez não necessitasse desta reflexão. A autora esclarece que esta a busca pela consequência objetiva da ação circunscreve o entendimento da moral num âmbito sociológico; a análise dos critérios conscientes desta ação, por sua vez, circunscrevem seu espaço de entendimento filosófico e a análise dos

processos subjetivos conscientes e inconscientes do sujeito da ação circunscrevem seu espaço de psicológico de reflexão.

Na verdade é possível dar um passo além ao entendimento proposto por Freitag (2005) buscando ainda o entendimento antropológico da moral. Como exposto em tópico anterior existem diversas culturas no planeta e obviamente cada uma terá seu próprio fundamento moral o que, inclusive, marcará as diferenças entre os mais variados agrupamentos humanos. O que é visto como correto em uma cultura pode não ter o mesmo sentido em outra.

O que interessa neste momento seria delimitar um conceito de moral para que se possa construir o entendimento cultural da mesma. Importante, entretanto, destacar que a moralidade nasce de uma polaridade formada pelo indivíduo e pelo grupo ou sociedade no qual ele se encontra. De um lado desta polaridade estão as motivações, os interesses, as razões e os critérios de julgamento do indivíduo, um sujeito dinâmico consciente e também inconsciente. E do outro lado está a sociedade que fornece as condições materiais e as conseqüências concretas e consumadas deste indivíduo e que lhe fornece o contexto pré-estruturado que ele encontra ao nascer. (FREITAG, 2005)

Não existiria moral se não existisse a linguagem. É na linguagem que se constroem e se transmitem os significados. Os sistemas de símbolos e significados estão inseridos na linguagem e na cultura e são transmitidos via ensino/aprendizagem/relacionamento entre a criança e o grupo que a acolhe. A partir de seu nascimento a criança passa a viver publicamente, compartilhando significados públicos, construindo negociações e interpretando estes significados de forma a manter a ordem desta cultura da qual começou a fazer parte. (BRUNER, 1997)

Vygotsky (1931/1995; 1991) vem ressaltar a importância dos estudos do desenvolvimento humano em articulação com o espaço cultural em que a criança cresce. Para ele nem o desenvolvimento cultural é autônomo e regido por forças próprias e intrínsecas e nem as funções psíquicas superiores se desenvolvem à margem de um meio social e cultural. Assim, é importante considerar os movimentos dialéticos da construção simbólica, onde as operações com signos são o produto de condições sociais específicas.

Desta forma o discurso, a linguagem, as mensagens estão carregadas de crenças morais que são transmitidas de uns aos outros. Muitas vezes estas crenças são transmitidas em conteúdos implícitos que são transmitidos pelos guardiões da moral de forma, inclusive, não dita, não clara, não explicitada. (SHWEDER; MUCH, 1987) As noções do que é certo ou errado são construídas pelas crianças em um tipo de reconstrução pessoal em forma e conteúdo, dentro dos limites de valores que lhe são apresentados em seu dia-a-dia.

Neste sentido os valores morais são internalizados através de trocas entre o pólo pessoal e o coletivo, num processo absolutamente ativo e orientado por motivações e afetos que selecionam os objetivos e conteúdos culturais, fornecendo-lhes um conteúdo próprio dentro de um espectro amplo de possibilidades. O entendimento do desenvolvimento moral passa pela análise do contexto, das situações de interações sociais e da própria percepção de que o sujeito constrói seu sentido próprio de certo e errado em suas experiências cotidianas. (MARTINS; BRANCO, 2001)

Portanto, convém destacar que não existe uma moral normativa alheia ao sujeito que a adota. Se assim fosse ela seria carente de sentido subjetivo e passaria a ser uma imposição dogmática, uma domesticação. Quem constrói a moral é o sujeito em sua trama de sentidos e configuração subjetiva. E é isso, inclusive, que esclareceria o paradoxo de uma mesma pessoa ser moral num contexto e totalmente imoral em outro. O que entra em jogo seria o fato de ser ou não sujeito de uma conduta moral, sendo que a natureza do sujeito é justamente a resistência às domesticações doutrinárias. (GONZÁLEZ REY, 2004)

Em resumo a moral seria a resultante de uma necessidade histórica de construção de um modelo de relação social que indicaria a maneira mais coerente do indivíduo agir dentro de um grupo. Todavia ela não é estática, como não são estáticas as culturas e nem os agrupamentos sociais. Ela pressupõe a existência de um sujeito ativo que reconstrói em si mesmo estas regras através de um processo dinâmico de re-elaboração interna. A moral está ligada ao fato de existir linguagem simbólica, seja esta verbal ou não verbal. Ou seja, a moral é elemento típico do humano que abstrai e possui funções psíquicas diferenciadas em comparação às outras espécies vivas e sociais. Ela é elemento da cultura e, portanto, diversa e

relativa ao grupo da qual pertence. Existe para delimitar as leis de relacionamento ético entre os diversos integrantes de um agrupamento social e cultural complexo.

4 CONCEITO DE VALORES

A idéia de valores implica a dimensão individual da crença duradoura e eles são estruturados no sistema psíquico, de onde procuram orientar e dar coerência às ações e aos pensamentos. (ROKEACH, 1973, apud PATO, 2004 e apud FORMIGA & GOUVEIA, 2005) Essa característica dos valores permitiria predizer as atitudes de uma pessoa em diferentes situações da vida concreta.

Os valores demonstram as preferências e fazem a distinção entre o prioritário e o secundário. Neste movimento de hierarquização de valores existe um sujeito, que não é mero observador de um mundo social, e sim um ator que toma partido e se posiciona frente às diversas situações cotidianas. (TAMAYO, 2007a)

Kluckhohn (1951/1968, apud Formiga e Gouveia, 2005) defende que a condição do humano é ser social e, portanto, faz parte de uma vida moral e assim não dirige sua vida só para si mesmo. Preocupa-se pelas relações com os outros e torna-se maduro na medida em que reconhece seus próprios valores e os valores que regem a vida dos outros. Uma vez maduro física e psiquicamente mostra-se coerente com sua própria atualização e evita as crises de valores.

Hofstede (1994, apud Pato, 2004) coloca que em uma dimensão cultural os valores seriam a camada mais profunda e seu elemento mais estável e para Feather (1995, apud PATO, 2004) os valores são estruturas abstratas ligadas ao afetivo e que possuem uma função normativa de qualidade moral. Percebe-se, desta forma, o amplo sentido da idéia de valor, pois estaria no âmago de uma cultura, ao mesmo tempo que estaria na dinâmica afetiva e normativa de um indivíduo.

Schwartz imaginou uma estrutura de valores baseada nas motivações intrínsecas em cada um deles, ou seja, o que diferencia um valor de outro é o tipo de motivação que ele expressa. (apud TAMAYO, 2007b)

Os valores seriam assim um critério que a pessoa utilizaria no momento de uma decisão, sendo que o impacto desses valores sobre as decisões seria da ordem do inconsciente. Por outro lado, os valores teriam também sua dimensão social,

onde os grupos culturais compartilham seus valores para construir suas contingências.

A metáfora do mito de Antígona usada por Freitag (2005) para ilustrar os conflitos de valores encaixa-se nesta discussão para indicar a complexidade da questão em foco. De um lado os valores da *polis* grega, construída com base nas leis dos homens, que determina que os traidores não merecem funerais honrosos. De outro lado os valores do *oikos* dos deuses, que determina que os parentes não devem ser deixados sem esse ritual funerário. Creonte representaria a lei do Estado e Antígona representaria a lei divina. Este conflito de valores mostra o quanto uma decisão calcada em bases valorativas pode atingir o âmbito do irracional, mostrando um caráter absolutamente afetivo, o que muitas vezes pode conduzir ao erro e ao conflito. Um valor, ainda que determinado socialmente, implica numa total identificação do sujeito com um ou outro valor. Nesta perspectiva adentra-se no próximo conceito: o de ética, que está vinculado à atitude do indivíduo e as conseqüências que a mesma terá.

4 Conceito de Ética

Jurandir Freire Costa (1994, p. 173.) afirma: “Costuma-se dizer que o terreno dos valores – ou seja, daquilo que não são os fatos – divide-se em três domínios. Um, o lógico, nos diz o que é verdadeiro e falso. Outro, a estética, o que é belo e feio. A ética é o terceiro – e refere-se ao bem e ao mal, ao certo e ao errado.” Para ele a ética não é abstrata e está presente na vida cotidiana de várias formas onde quer que haja a noção de bem e de mal. A ética seria toda a ação humana que reflete um tipo de julgamento moral acerca do que é bom ou mau ou do que é certo ou errado. Todavia fica a questão: como saber se uma ação é boa ou má?

Na verdade o que vai qualificar uma ação é o sistema ou estrutura social no qual essa ação é concretizada. Um sistema social não pode ser compreendido como fechado e nem como homogêneo, mas ele possui seus fatores culturais que vão construir os modelos e condutas. Estes sistemas possuem ainda modelos educacionais que operam dentro deles com o objetivo de transmitir estes valores abstratos que definem uma postura ética. As crianças internalizam as normas de sua sociedade que, por sua vez, possui seus mecanismos de valorização de

comportamentos desejáveis e a prevenção dos indesejáveis. As realizações incentivadas acabam por se constituir num valor do “eu”. (MEAD, 1937)

A ética pode ser vista em sua perspectiva filosófica, cuja ampla discussão não cabe neste artigo. E pode ser vista em sua perspectiva sociológica, que é um interessante recorte para contextualizá-la em um entendimento cultural. Nessa dinâmica social a ética é compreendida como resultado de um processo histórico e não como um produto dado exclusivamente pela natureza. A sociologia afirma não haver uma ética específica, e sim éticas múltiplas e plurais. O quadro social humano é multicultural e, portanto, seria impossível falar numa única ética. (DEMO, 2005)

A sociologia também considera que a ética aparece no cenário da convivência entre os humanos. Na medida em que a vida de um produz impactos na vida do outro é preciso considerar que o “um” diz respeito ao “outro”. O destino individual está imerso em uma trama social. (Idem)

E, por fim, numa perspectiva do agrupamento social emerge o tema da responsabilidade e do exercício das liberdades. Uma atitude seria qualificada como boa ou má na medida em que não ferisse a liberdade do outro e isso expressa a dialética da convivência humana. Este seria o grande desafio do viver em grupo, pois na prática existem as diferenças e as situações conflitantes. Estas questões da desigualdade ressaltam a consciência ética de todos para com todos. (DEMO, 2005)

Na dimensão psicológica do entendimento da ética volta-se a atenção para o indivíduo que está imerso em ambientes conflitivos e paradoxais que, muitas vezes, podem estar transmitindo mensagens contraditórias. As internalizações da primeira infância nestes espaços paradoxais fazem com que a criança opte por uma escolha entendida por ela como a mais correta. Estes seriam os processos básicos de construção pessoal dos sentimentos de lealdade e que estruturam modelos de valores. (VALSINER, 1989)

A psicologia complementa assim o entendimento sociológico da ética. Existe um grupo que transmite valores, que constrói o sentido de bom e mau. Entretanto existe um indivíduo, sujeito de sua ação, que vive seu espaço pessoal de desenvolvimento e que aprende nas situações concretas o sentido do que é ou não correto. Nesta perspectiva psicológica a ética é uma construção pessoal. Uma dinâmica individual de inserção no grupo e de garantia de seu espaço de sobrevivência. Ainda que uma atitude não signifique o bem comum isso não impede

que o indivíduo a concretize, pois ele tem em si um constructo ético originado de sua própria experiência de vida. A ética é assunto dialógico por excelência.

5 O ENTENDIMENTO CULTURAL DA MORAL: UM CAMPO TRANSDISCIPLINAR.

O presente texto procura construir um entendimento amplo acerca da moral buscando apoio na filosofia (FREITAG, 2005), na antropologia (CUCHE, 2002; GEERTZ, 1978; LARAIA, 1989; MEAD, 1937), na sociologia (DEMO, 2005; MORIN, 2000 e 2007; Thomson, 1995), na psicologia (González Rey, 2004; Leontiev, s/d; LINCOLN & BRANCO, 2001; VALSINER, 1989; VYGOTSKY, 1931/1995 & 1991; TAMAYO, 2007a e 2007b) e, inclusive, na biologia (MATURANA, 2001, 2002), que contribui com a reflexão acerca do amor como princípio natural humano que levou à busca pela socialização num movimento de cooperação. O amor seria o anseio biológico que faz com que um humano aceite outro ao seu lado independente da razão, mudando, inclusive, as referências racionais. O amor é fenômeno biológico que permitiria o passo além da alienação anti-social que é criada pela racionalização. Quem justifica a tirania, a destruição da natureza e o abuso do humano sobre as outras formas de vida seriam a razão e a ideologia. Neste sentido criamos moral, valores e sentidos éticos de bem e mal por sermos este, já aqui mencionado, misto complexo de animal tricerebrado com história e sócio-cultura.

Esta variedade de disciplinas mostra a necessidade de colocar o tema da moral, da ética e dos valores numa perspectiva transdisciplinar. A transdisciplinaridade está para além da pluri e da interdisciplinaridade. Na pluridisciplinaridade uma disciplina é auxiliada pelas outras para entender seu objeto de estudo. A interdisciplinaridade conta com a transferência de um método de uma disciplina à outra, seja num grau de aplicação, num grau epistemológico ou num grau de construção de uma nova disciplina. Todavia, ambas possibilidades ainda estão dentro da dimensão das disciplinas fragmentadas. (NICOLESCU, 1999)

A transdisciplinaridade, por sua vez, preocupa-se com aquilo que está simultaneamente entre as diversas disciplinas, através delas e além delas. O objetivo transdisciplinar é a unidade do conhecimento. Ela procura abarcar os

diversos níveis de realidade que um fenômeno possui. Sua metodologia conta com três pilares: os níveis de realidade, o terceiro incluído e a complexidade. (Idem)

A dinâmica da moral, como um conceito culturalmente determinado, encaixa-se nesta perspectiva por possuir diferentes níveis possíveis do real, seja o nível do grupo, do subgrupo dentro de um grupo maior, o do indivíduo que está no grupo ou ainda o nível da humanidade como um todo que contém este grupo, todas estas realidades possíveis do fenômeno. A lógica do terceiro incluído coloca a moral num movimento triádico de entendimento que se compõe do indivíduo, do grupo e das regras que movimentam este encontro dialógico subjetivo. E, por fim, a idéia de complexidade. O entendimento cultural da moral é o retrato dinâmico de um fenômeno complexo, pois possui as contradições, as ambigüidades, o não reducionismo e não linearidade que caracteriza este tipo de fenômeno.

A dimensão da questão impossibilita que a mesma seja abordada por uma disciplina somente, ou por uma disciplina com o auxílio de outras, ou por uma disciplina que tome emprestado o método de outra. É uma questão que precisa estar contextualizada e ultrapassando a simples medida disciplinar.

6 COMO CONCLUSÃO, UMA CONTEXTUALIZAÇÃO

Pedro Demo (2005) sugere que a lógica do capitalismo e suas leis de mercado são incompatíveis com a ética. Com isso coloca uma inquietação no centro do debate, pois nossa sociedade é regida pelas leis do mercado e do capital. Esta é uma lógica predadora da liberdade individual, pois não existe uma preocupação em equilibrar equitativamente a situação dos privilegiados e dos desprivilegiados. O mundo em que vivemos é bastante desigual.

Vivemos socialmente um movimento de negação do outro, onde o que impera é um individualismo selvagem, fruto de uma prisão que anulou nosso ser social. O que poderia libertar o ser humano, em especial esse da cultura ocidental que se encontra afogado nos mares do modelo social regido pelas leis do mercado, seria uma libertação através do encontro da natureza consciente consigo mesma. O que pode auxiliar na modificação deste modelo cultural de moral capitalista é a libertação dos impulsos de solidariedade que fazem parte da natureza humana. Não é a

negação do outro que culminará na paz e na sociedade igualitária e equitativa e sim o entendimento mútuo. (BEHNCKE, 1995)

Entretanto a pressão social e cultural é grande. O mundo moderno é um mundo que pressiona a aglomeração ao redor dos centros urbanos, tirando as pessoas do contato com a terra e da sua característica de produtor, transformando-as em meras consumidoras. As políticas são regidas pela corrupção e pelo interesse de poucos em detrimento dos muitos. A idéia da globalização acaba por se tornar um engodo que encobre os avanços das teias do capitalismo, anulando culturas e padronizando um jeito consumidor de ser. Existe um grande perigo de inversão dos valores, onde os líderes afirmam que disseminam a democracia, quando seu real interesse é disseminar a política do lucro e da valorização do mercado. (SLOAN, 2005)

Todas essas emergências sociais mostram o cenário complexo entorno da questão da moral e da ética dentro de nossa cultura. No caso do Brasil, em particular, a ética que manda não é a da necessidade do indivíduo anônimo que utiliza os serviços públicos. A que ordena a realidade é a ética da burocracia e a ética do saneamento de recursos. São tempos distintos que nem sempre falam a mesma linguagem: o do sujeito anônimo e o do serviço público. E quem paga o preço é o lado mais fraco. Quem manda no Brasil é a ética da irresponsabilidade e da impunidade, um *ethos* social que perdeu completamente o sentido de justiça. (COSTA, 1994)

O sentido de justiça como aquele que prevê as condições de igualdade e equidade de oportunidades (VALLESPIN, 2005) quase não aparece no cenário brasileiro. Aquele princípio da igual cidadania, que vai contra a não justificativa da distribuição desigual de direitos e a não cobrança equitativa de deveres. Uma justiça que não converta o poder político em poder econômico e que a exclusão social não prevaleça no cenário nacional. Nosso trabalho seria um resgate destes valores básicos para podermos falar de uma moral mais justa.

Na verdade faz falta um modelo de liberdade com responsabilidade social. As virtudes cívicas são aprendidas e não inatas. Desta forma uma mudança significativa no cenário social e cultural demanda uma mudança igualmente significativa no cenário educacional. A filosofia afirma que o ser humano é um animal político, cujo objetivo é ser feliz vivendo e participando ativamente na comunidade e

desenvolvendo as virtudes vitais à sua felicidade individual, mas também, e principalmente, a felicidade coletiva. Entretanto, conhecer estas virtudes não basta. Importante seria aplicá-las e concretizá-las. O que importa para a ética e para a moral é a sua aplicação. (CAMPS, 2005) Neste sentido entende-se que educar não é só transmitir estes valores, senão que também criar os cenários sociais que possibilitem a aplicação concreta dos mesmos.

Esta discussão filosófica ressalta a dimensão da ética do público e do privado e suas conseqüências ao nosso mundo atual. Há que obter-se uma justa medida entre ambas esferas. O indivíduo é livre para eleger sua forma de vida sem desconsiderar que é um cidadão e que é assim que deve atuar. A política brasileira, por sua vez, há muito se esqueceu de sua dimensão pública. Na medida em que prestigia o capital, o empresariado e as políticas privadas, abandona o sentido do bem-comum, construindo uma cultura que poderia ser rotulada, inclusive, de amoral.

A psicologia recorda que a possibilidade de mudança está nas mãos do sujeito concreto que é capaz de transformar a si mesmo e, por extensão, auxiliar a transformar a comunidade em que vive. Os políticos são indivíduos concretos que podem fazer reflexão social e mudar os caminhos da história coletiva. E aqui é possível resgatar Thomson (1995) e sua preocupação em entender a cultura como relação de poder. Os cenários sociais se constituem de sujeitos concretos que alteram ou não o sentido cultural da moral.

A moral seria uma tarefa individual cujo objetivo seria público. E isto é assim, pois vivemos uns ao lado dos outros e nos afetamos mutuamente, seja no bem, seja no mal. Temos uma obrigação intrínseca de sermos morais e de construirmos virtudes. A virtude pública permite entender a moral como um esforço pessoal de modificação de traços que servem de obstáculo à civilidade. (CAMPS, 2005) No caso do Brasil faz-se urgente conduzir mudanças dessa ordem para podermos sonhar com uma sociedade realmente democrática e com um funcionamento harmônico que prestigie todos os cidadãos da nação. E a base disso tudo é, sem sombras de dúvidas, a educação.

REFERÊNCIAS

BEHNCKE, R. Ao pé da Árvore. In: MATURANA, H.; VARELA, F. **A Árvore do Conhecimento**. Campinas: Workshopsy, 1995.

BRUNER, J. **Atos de Significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

CAMPS, V. El Concepto de Virtud Pública. In: GALÁN, P. C. (Ed.) **Democracia y Virtudes Cívicas**. Madri: Biblioteca Nueva, 2005. p.19-40.

COSTA, J. F. **A Ética e o Espelho da Cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

CUCHE, D. **A Noção da Cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 2002.

DEMO, P. **Éticas Multiculturais: sobre convivência humana possível**. Petrópolis: Vozes, 2005.

DUCROCQ, A. **Lógica da Vida**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

FORMIGA, N. S.; GOUVEIA, V. V. Valores Humanos e Condutas Anti-sociais e delitivas. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 134-170, dez. 2005.

FREITAG, B. **Itinerários de Antígona: a questão da moralidade**. Campinas: Papyrus, 2005.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GONZÁLEZ REY, F. L. **O Social na Psicologia e a Psicologia Social: a emergência do sujeito**. Petrópolis: Vozes, 2004.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

LEAKEY, R. E.; LEWIN, R. **Origens**. São Paulo e Brasília: Melhoramentos e Ed. UnB, 1980.

LEONTIEV, A. N. O Homem e a Cultura. In: LEONTIEV, A. N. **O Desenvolvimento do Psiquismo**. São Paulo: Moraes, [19--?].

MARINO JR, R. **A Religião do Cérebro**. São Paulo: Editora Gente, 2005.

MARTINS, L. C.; BRANCO, Â. U. Desenvolvimento Moral: considerações teóricas a partir de uma abordagem sociocultural construtivista. **Psicologia: teoria e pesquisa**. Brasília, v. 17, n. 3, p. 169-176, set. 2001.

MATURANA, H. **Cognição, Ciência e Vida Cotidiana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

MATURANA, H. **A Ontologia da Realidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MEAD, M. **Cooperation and Competition Among Primitive Peoples**. New York: McGraw-Hill, 1937.

MORIN, E. **A Cabeça Bem-Feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MORIN, E. **O Método 5**: a humanidade da humanidade. Porto Alegre: Sulina, 2007.

NICOLESCU, B. **O Manifesto da Transdisciplinaridade**. São Paulo: TRIOM, 1999.

PATO, C. M. L. **Comportamento Ecológico**: relações com valores pessoais e crenças ambientais. Tese (Doutorado) Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Brasília, 2004.

SHWEDER, R. A.; MUCH, N. C. Determinations os Meaning: discourse and moral socialization. In. KURTINES, W. M.; GEWIRTZ, J. L. (Eds.) **Moral Development Thought Social Interaction**. New York: Wiley, 1987. p.197-244.

SLOAN, T. Globalization, Poverty and Social Justice. In: NELSON, G.; PRILLELTENSKY, I. (Orgs) **Community Psychology**: in pursuit of liberation and well-being. New York: Palgrave Macmilliam Ltda, 2005. p.309-329.

TAMAYO, Á.. Hierarquia de Valores Transculturais e Brasileiros. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, n. 23 (n. especial), p. 007-015, 2007a.

TAMAYO, Á. Contribuições ao Estudo dos Valores Pessoais, Laborais e Organizacionais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília n. 23 (n. especial) p. 017-024, 2007b.

TEILHARD DE CHARDIN, P. **O Fenômeno Humano**. São Paulo: Cultrix, 1955/1995.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna**. Petrópolis: Vozes, 1995.

VALLESPIN, F. La Justicia. In: GALÁN, P. C. (Ed.) **Democracia y Virtudes Cívicas**. Madri: Biblioteca Nueva, 2005. p.289-309.

VALSINER, J. **Human Development and Culture: the social nature of personality and its study**. Lexington, MA: Lexington Books, 1989.

VYGOTSKY, L. S. Historia del Desarrollo de las Funciones Psíquicas Superiores. In: **Obras Escogidas**, Vol. III, Problemas Del desarrollo de La psique. Madri: Visor, 1931/1995.

VYGOTSKY, L. S. **Formação Social da Mente**. In: COLE, M. et. al. (orgs.). São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Ensaio:

Recebido em: 27/04/2010

Aceito em: 02/05/2010